CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

PF mira emendas de Mário Frias e apura possível desvio ligado a Dark Horse

Operação Make Up investiga o destino de recursos indicados ao Instituto Conhecer Brasil e busca esclarecer eventual conexão financeira com a produtora do filme.

Fonte original: Gazeta Mercantil. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Gazeta Mercantil (gazetamercantil.com)
Autor	Carlos Menezes
Data de publicação	10/09/2026 12:21
URL original	https://gazetamercantil.com/mario-frias-emendas-dark-horse-operacao-make-up
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Flávio Dino, Karina Gama
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Prefeitura de São Paulo, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 10:21
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 08:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Entre elas aparecem a GTrend e a Complexsys Soluções Integradas, contratadas em momentos diferentes para serviços de CRM político, utilizado na gestão de relacionamento com eleitores e atividades parlamentares.

• A Complexsys também surge como prestadora de serviços vinculados ao Instituto Conhecer Brasil.

• Entre os documentos examinados está uma nota fiscal de aproximadamente R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 para serviços técnicos ligados ao programa de Wi-Fi. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Gazeta Mercantil

RESUMO

A Polícia Federal abriu uma nova etapa na investigação sobre o destino de recursos públicos indicados pelo deputado federal Mário Frias (PL-SP) ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, também ligada à Go Up Entertainment, produtora de “Dark Horse”, cinebiografia de Jair Bolsonaro. R$ 2 milhões indicados por Frias estão no centro da apuração Documentos públicos registram a indicação de R$ 2 milhões em emendas parlamentares de Mário Frias ao Instituto Conhecer Brasil.

A Polícia Federal abriu uma nova etapa na investigação sobre o destino de recursos públicos indicados pelo deputado federal Mário Frias (PL-SP) ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, também ligada à Go Up Entertainment, produtora de “Dark Horse”, cinebiografia de Jair Bolsonaro.

Frias e Karina estiveram entre os alvos de 49 mandados de busca e apreensão cumpridos nesta quinta-feira, 10 de setembro, durante a Operação Make Up, realizada pela PF com participação da Controladoria-Geral da União (CGU) e autorização do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As diligências ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Não houve prisões.

A investigação procura saber se verbas destinadas a projetos públicos foram efetivamente aplicadas nos objetos previstos ou se parte do dinheiro percorreu empresas e fornecedores até alcançar finalidades diferentes, inclusive atividades relacionadas à produção de “Dark Horse”.

Os fatos são investigados sob possíveis enquadramentos como peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e ilícitos relacionados a contratações públicas. As suspeitas ainda dependem da análise do material apreendido e da individualização da conduta de cada envolvido.

Frias nega que as emendas tenham sido usadas para financiar o filme. Karina também contesta suspeitas de mistura entre as atividades do instituto e da produtora.

R$ 2 milhões indicados por Frias estão no centro da apuração

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Documentos públicos registram a indicação de R$ 2 milhões em emendas parlamentares de Mário Frias ao Instituto Conhecer Brasil.

Os recursos estavam vinculados a projetos específicos, entre eles iniciativas de letramento digital, empreendedorismo e atividades sociais.

O interesse da investigação está no que ocorreu depois da transferência das verbas. A PF pretende identificar quais serviços foram executados, quais empresas receberam pagamentos e se os recursos permaneceram nas finalidades estabelecidas.

A relação entre Frias, Karina e a produção cinematográfica acrescenta uma conexão relevante à apuração. Karina preside o instituto beneficiário e participa da estrutura empresarial da produtora, enquanto Frias atua no projeto cinematográfico.

O ponto decisivo, porém, será financeiro: mostrar se existe um caminho documentado entre os recursos públicos e despesas estranhas aos projetos financiados.

Execução dos projetos será confrontada com pagamentos

Uma das emendas indicadas por Frias financiava um projeto de letramento digital e empreendedorismo destinado a estudantes de escolas públicas.

A execução passou a ser examinada diante de dúvidas sobre a correspondência entre o plano apresentado, as atividades realizadas e os gastos registrados.

A investigação agora poderá confrontar notas fiscais, contratos, extratos bancários, documentos contábeis e comprovantes de execução.

Esse cruzamento deverá mostrar se os fornecedores entregaram os serviços contratados, se os valores cobrados eram compatíveis e se houve transferência posterior do dinheiro para outras empresas ou pessoas.

A Operação Make Up amplia justamente a capacidade de reconstruir essa cadeia.

Subcontratações entram no radar da PF

Parte relevante da investigação está concentrada nas empresas utilizadas pelo Instituto Conhecer Brasil.

A PF identificou indícios de que recursos possam ter sido repassados a fornecedores sem comprovação suficiente dos serviços correspondentes. Também apura se sucessivas transferências entre empresas dificultaram a identificação do destino final do dinheiro.

É nessa sequência que os investigadores pretendem localizar eventual desvio.

O objetivo será distinguir contratos efetivamente executados de operações que possam ter funcionado apenas como passagem de recursos.

Caso seja demonstrada a circulação de valores provenientes de eventual crime acompanhada de mecanismos destinados a ocultar ou dissimular sua origem ou destino, a investigação poderá avançar sobre a hipótese de lavagem de dinheiro.

Empresas aparecem em relações com gabinete e instituto

Registros da Câmara dos Deputados mostram que empresas relacionadas ao mesmo ambiente empresarial também prestaram serviços ao gabinete de Mário Frias.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Entre elas aparecem a GTrend e a Complexsys Soluções Integradas, contratadas em momentos diferentes para serviços de CRM político, utilizado na gestão de relacionamento com eleitores e atividades parlamentares.

A Complexsys também surge como prestadora de serviços vinculados ao Instituto Conhecer Brasil.

A recorrência da empresa em contratos relacionados ao gabinete e ao instituto criou uma trilha que passou a ser examinada pelos investigadores.

A análise deverá verificar se os contratos possuíam justificativa econômica, se os serviços foram realizados e como os recursos circularam entre as empresas envolvidas.

Contrato de Wi-Fi amplia dimensão financeira

O Instituto Conhecer Brasil também mantém contrato de grande valor com a Prefeitura de São Paulo para implantação, operação e manutenção de pontos gratuitos de acesso à internet.

O Termo de Colaboração 01/SMIT/2024 foi firmado para o programa de Wi-Fi público em comunidades da capital e posteriormente recebeu aditamentos.

Esse contrato possui origem distinta das emendas indicadas por Frias, mas entrou no radar por envolver a mesma entidade e parte dos mesmos fornecedores.

A Prefeitura nega irregularidades, afirma que o programa funciona normalmente e sustenta que forneceu às autoridades toda a documentação relacionada à parceria.

A investigação busca verificar se pagamentos realizados no âmbito desse contrato correspondem aos serviços efetivamente prestados e se houve circulação de recursos fora das finalidades previstas.

Nota fiscal de R$ 2 milhões é um dos pontos sob análise

Entre os documentos examinados está uma nota fiscal de aproximadamente R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 para serviços técnicos ligados ao programa de Wi-Fi.

Segundo elementos incorporados à investigação, o documento teria sido cancelado no mesmo dia em que foi emitido e, posteriormente, aparecido em material relacionado à prestação de contas do Instituto Conhecer Brasil.

Os investigadores querem saber se houve pagamento, se o documento foi substituído, qual serviço efetivamente foi prestado e por que uma nota cancelada permaneceu na documentação.

O episódio se torna relevante porque pode ajudar a determinar se houve simples inconsistência documental ou tentativa de justificar despesas que não corresponderam à execução real.

Principal questão é saber se dinheiro público chegou a Dark Horse

A ligação com “Dark Horse” é o ponto de maior repercussão da investigação, mas também aquele que exige a demonstração financeira mais clara.

A PF procura saber se recursos recebidos pelo Instituto Conhecer Brasil ou movimentados por empresas da cadeia investigada foram utilizados direta ou indiretamente na estrutura responsável pelo filme.

Karina ocupa posição central nessa conexão por presidir o instituto e estar vinculada à Go Up Entertainment.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Frias, por sua vez, indicou recursos ao ICB e participa da produção cinematográfica.

Essas relações justificam o aprofundamento das diligências, mas a conclusão dependerá do rastreamento do dinheiro. Será necessário estabelecer uma sequência entre a entrada dos recursos públicos, os pagamentos realizados, eventuais transferências posteriores e o beneficiário final.

É esse elo que a Operação Make Up procura encontrar.

Material apreendido pode revelar rota financeira

Os 49 mandados autorizados por Flávio Dino dão aos investigadores acesso a elementos capazes de complementar as prestações de contas oficiais.

Computadores, celulares, documentos contábeis, contratos, mensagens e arquivos internos podem mostrar como pagamentos foram definidos, quem autorizou transferências e qual era a finalidade real de cada operação.

Essas informações serão comparadas com extratos bancários e documentos já reunidos.

Se os serviços declarados forem comprovados e os valores permanecerem vinculados aos projetos previstos, parte das suspeitas poderá perder força. Caso surjam registros mostrando pagamentos fictícios, triangulações ou destinação diferente daquela declarada, a investigação poderá avançar sobre responsabilidades específicas.

Dark Horse já aparece em outra investigação financeira

A Operação Make Up não é a única frente relacionada ao financiamento de “Dark Horse”.

Outra investigação acompanha recursos privados ligados a Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, e transferências feitas ao exterior depois que Flávio Bolsonaro buscou financiamento para o projeto.

São linhas distintas.

No núcleo relacionado a Vorcaro, investigadores procuram reconstruir a origem e o destino de recursos privados e verificar se houve alguma contrapartida associada ao financiamento.

Na Operação Make Up, o foco é o dinheiro público: emendas, contratos, execução de projetos e eventuais transferências para finalidades diferentes das autorizadas.

A existência das duas frentes transforma “Dark Horse” em ponto de convergência de investigações sobre fontes de financiamento diferentes.

Responsabilidade de Frias dependerá da rota do dinheiro

A investigação contra Mário Frias não se encerra na indicação das emendas.

Para atribuir eventual responsabilidade criminal ao deputado, será necessário demonstrar sua participação consciente em qualquer desvio que venha a ser comprovado.

Os investigadores terão de esclarecer se Frias apenas indicou o Instituto Conhecer Brasil como beneficiário dos recursos ou se participou de decisões posteriores sobre a destinação do dinheiro.

A mesma análise deverá ser feita em relação a Karina, empresários e responsáveis pelos fornecedores.

A Operação Make Up entra agora justamente nessa etapa.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A PF precisará responder se os projetos foram executados, se os pagamentos correspondem a serviços reais, quem recebeu os valores e, principalmente, se parte dos recursos terminou em atividades relacionadas a “Dark Horse”.

Sem essa conexão financeira, permanece apenas a proximidade entre os personagens e as organizações envolvidas. Se o rastreamento revelar o caminho do dinheiro até a produção, porém, o caso ganhará outra dimensão jurídica.

Por isso, a questão central após as buscas desta quinta-feira é simples: seguir cada transferência até seu destino final.

Fontes:

Polícia Federal – informações oficiais sobre a Operação Make Up e os fatos investigados

Controladoria-Geral da União – elementos de fiscalização relacionados à aplicação dos recursos públicos

Supremo Tribunal Federal – decisões de Flávio Dino relacionadas às medidas investigativas do caso

Câmara dos Deputados – registros das emendas parlamentares indicadas por Mário Frias e despesas da atividade parlamentar

Prefeitura de São Paulo – Termo de Colaboração 01/SMIT/2024, aditamentos e informações sobre o programa de Wi-Fi público

Lei 9.613 de 1998 – disposições sobre lavagem de dinheiro

Lei 12.850 de 2013 – disposições sobre organização criminosa

HISTÓRICO
v1 · 29/09/2026 10:21 · como foi encontrada · página SHA-256 1559b027d208c46e4656…
18/11/2026 00:08 · Voltou ao ar (HTTP 200)
17/11/2026 14:06 · Saiu do ar

Mário Frias Dark Horse

Fonte original: https://gazetamercantil.com/mario-frias-emendas-dark-horse-operacao-make-up · Coletado em 29/09/2026 10:21 · Gerado em 29/11/2026 01:12

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.